

PADRÕES DE CONSUMO NO CAMPO: O MODO DE VIDA DOS RURAIS BRASILEIROS

Gustavo Bastos Braga^{*}
Ana Louise Carvalho Fiúza^{**}
Neide Maria Almeida Pinto^{***}

^{*}Mestre em Administração UFV.

^{**}Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRJ.

^{***}Doutorado em Ciências Sociais PUC - SP.

RESUMO

A definição sobre o conceito de “rural” é algo que continua a desafiar os pesquisadores de diversos campos científicos. Dentre as várias perspectivas teóricas existentes, a que compreende o “rural” como modo de vida e não como um espaço físico foi a que apresentou melhor correspondência com a realidade retratada neste artigo, que teve por objetivo verificar as diferenças nos padrões de consumo entre a população que vive no campo e na cidade, no Brasil. A concepção teórica que conduziu o enquadramento analítico deste artigo tem sua ancoragem na concepção de Wirth, Lefebvre, Rambaud, Cândido e Santos que consideravam a “Cultura Urbana” como um modo de vida de dimensão expansiva sobre os diferentes contextos sociais. A fim de analisar os padrões de consumo no campo, utilizaram-se os microdados do Censo de 2010, segmentados pelas regiões brasileiras. Esses dados forneceram indícios de semelhança nos padrões de consumo daqueles que vivem no campo e na cidade em todas as regiões brasileiras.

Palavras-chave: Rural, Modo de vida, Consumo, Censo 2010, Brasil.

ABSTRACT

The rural conception has challenged researchers of several scientific areas. Among several rural definition approaches, one defines the rural as a way of life and not as a physical space. This approach presents the better correspondence with this paper, which aims verify the consumer patterns between countryside and cities in Brazil. With a theoretical line was taken as the basis of national and international literature on the subject, authors such as Wirth, Lefebvre, Rambaud, Cândido e Santos. These authors consider the “urban culture” as a way of life broadcasted in different social contexts. For fulfilling the objective of analyze the consumer patterns countryside, we used microdata from the 2010 Brazilian census, segmented by Brazilian regions. These data provide, in all regions, evidence of a most similar consumer between countryside and cities.

Keywords: *Rurality; Way of life; Rural/Urban definition; Brazilian Census; Brazil.*

INTRODUÇÃO

De acordo com as Nações Unidas a partir do ano de 2007 o mundo se tornou mais urbano que rural (UNITED NATIONS, 2009). Prevê-se que a tendência de aumento da população vivendo em áreas urbanas continuará a aumentar e que em 2050 dois terços da população estará vivendo em espaços urbanos. Estima-se que cerca de 10 milhões de milhão de habitantes esteja vivendo em cidades em 2050 (DAVIS, 2006). Entretanto essas afirmações fortes se esvaziam de significado, uma vez que não há uma definição de rural que seja universalmente aceita. Enquanto alguns países como a França e Irlanda definem os limites do rural através da quantidade de população na área, outros países como o Brasil definem o rural e o urbano administrativamente (MINNESOTA POPULATION CENTER, 2013). No caso brasileiro a ausência de critérios objetivos unificados nacionalmente aumenta a complexidade ao se definir o espaço rural brasileiro.

Desta forma a caracterização de territórios rurais pode subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas de forma mais precisa e diversificada, ao apontar os aspectos de ruralidade e urbanidade existentes no campo, nas vilas e em pequenas cidades. A melhor compreensão do modo de vida do rural pode auxiliar na construção de construtos empíricos compostos por diferentes variáveis, as quais, em conjunto, podem compor a identificação das diferentes facetas da pobreza e da prosperidade nos espaços pesquisados. Essa pesquisa pode auxiliar, ainda, a fornecer informações que minorem as inadequações decorrentes da distinção administrativa entre rural e urbana realizada pelas

prefeituras municipais no Brasil (IBGE, 2013). Tal divisão, rural/urbano, está associada aos interesses envolvendo os rendimentos do município, dado que os impostos territoriais urbanos no Brasil são repassados diretamente ao município e os impostos territoriais rurais são repassados aos cofres da União. Assim, uma alteração na forma como é caracterizado o rural implicaria na mudança, em alguns casos de forma drástica, na divisão da receita pública entre União e Municípios (NECCHI; FRANÇA; SANTINI, 2009).

Esse fato faz com que áreas similares, ainda que em municípios vizinhos, possam ser consideradas em um caso urbano e em outro rural. Isso acarreta graves problemas à população que necessita de políticas públicas voltadas a sua realidade, urbana ou rural. Por exemplo, a eletricidade das áreas rurais recebe subsídios e tem o preço do quilowatt hora menor. Como não há critério objetivo para definir o que é rural ou urbano no Brasil, é possível, pela lei brasileira, que alguém que reside no centro de um grande centro urbano, como Belo Horizonte, acesse esse benefício, desde que a prefeitura local determine essa área como rural (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2013; BRASIL, 1988).

Isso prejudica diretamente as famílias que vivem nessas áreas com características rurais, mas que o município onde ela está inserida a classifique urbana. Um fazendeiro familiar que tem um pequeno sítio, mas que esse pelos critérios da prefeitura, fique em uma área urbana, fica impedido de acessar políticas públicas que seriam benéficas para ele, como o Pronaf e o Minha Casa Minha Vida Rural. Esses limitadores impactam diretamente no

acesso a tecnologia desses produtores, impossibilitando, até mesmo, o acesso à extensão rural (CAIXA ECONOMICA FEDERAL, 2015; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2015).

Para além das implicações econômicas e sociais, como as apresentadas nos exemplos descritos, há ainda implicações ambientais. Já que o Novo código florestal (2012) dispõe de normas diferenciadas para áreas rurais e urbanas. Por exemplo, as Áreas de Preservação Permanente as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais são de 100 metros nas áreas rurais e de, apenas, 30 metros em áreas urbanas. Desta forma um incremento desmedido de áreas urbanas pode trazer sérias consequências às iniciativas de proteção ambiental.

Indo além de implicações empíricas, compreender o consumo no rural brasileiro também traz implicações teóricas. Haja vista que na literatura nacional e internacional não há consenso na definição do constructo rural. Uma das formas de se definir o rural que tem se mostrado como tendência é vislumbrar o rural como um modo de vida peculiar, o uso de índices para caracterizar a ruralidade pode auxiliar na objetivação desse *approach* para definir o rural (ÖGDÜL, 2010). O presente artigo tem por objetivo descrever o atual padrão de consumo das famílias que vivem no campo, no Brasil, buscando evidenciar as aproximações e as diferenças em relação ao padrão de consumo dos cidadãos. Em virtude dos hábitos de consumo constituir-se em um importante indicador do *modo de vida* de um grupo social. Tal não corresponde, de fato, às realidades empíricas, mas pode balizar as tendências existentes nas mesmas. Somos conscientes de todos os aspectos

reduccionistas que estudos desta natureza implicam. Contudo, defendemos que o uso de um tipo ideal rural, pode auxiliar no acompanhamento do modo de vida dos indivíduos que vivem nas áreas rurais brasileiras.

O artigo apresenta, em seu marco teórico, inicialmente, uma discussão mais ampla sobre as concepções de “urbanidade” e “ruralidade”, apresentando, posteriormente, de forma mais específica o conceito de rural como modo de vida, o qual fundamentou o enquadramento teórico adotado neste estudo. Na parte final do artigo se destacou os pontos considerados mais relevantes em termos das transformações e permanências nos modos de vida em sociedades rurais.

1 MARCO TEÓRICO

1.1 CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE A URBANIDADE E RURALIDADE

Mazorra e Hoggart (2002) lembram que a pergunta “¿*Qué es lo rural?*” vem aparecendo de forma constante, durante todo o século XX, na literatura da Sociologia e da Geografia, e até mesmo em outras áreas, como a Economia, onde Kageyama (2004) se fez a mesma pergunta. Rousseau (1995) também se questionou sobre o que é a ruralidade e realizou perguntas sobre com o que ela estaria relacionada: “*Population density?*”, “*Remote areas?*”, “*Bound up with agriculture?*” ou “*A particular type of society?*”. A própria autora dá a entender que esses questionamentos, *per si*, não levam a uma conclusão sólida. Segundo Kageyama (2008), historicamente a distinção entre rural e urbano foi realizada pelo critério ocupacional. O rural era considerado como um ambiente

de predominância natural, no qual se realizariam atividades agrícolas. Neste espaço, a densidade populacional seria relativamente pequena, tendo ainda a menor possibilidade de mobilidade social e o menor número de contatos.

Na literatura podemos encontrar, ainda, vários outros critérios para a delimitação entre o urbano e o rural. Dentre elas, tem sobressaído, em termos de uso nas políticas públicas, a que está ligada ao patamar demográfico de uma região. Segundo Endlich (2010), o critério da densidade demográfica define, no geral, o rural como dispersão e o urbano como aglomeração. Segundo Dinis (1996), poderia se utilizar três grupos de classificação para definir a ruralidade: 1º) com ênfase em critérios *socioculturais*; 2º) com ênfase em critérios *ocupacionais* e 3º) com ênfase em critérios *ecológicos*. Já Mazorra e Hoggart (2002) agrupa de outra forma as principais correntes que definem o rural: 1ª) de *tradição quantitativa*; 2ª) de *tradição qualitativa* e 3ª) de *ênfase com base nos fluxos*.

As classificações, apesar de difusas, auxiliam na compreensão das concepções presentes nas correntes de pensamento sobre a ruralidade. Kageyama (2004, p. 382) afirma que, apesar das diferenças nas definições de rural, há certo consenso nos seguintes pontos:

a) rural não é sinônimo de agrícola e nem tem exclusividade sobre este; b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social); c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa; d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas (KAGEYAMA, 2004, p. 382).

Por concebermos que os assentamentos humanos tenham a

forma de cidades, de vilas, de aldeias ou de campos, acreditamos que não podem ser compreendidos dissociando-se a dimensão relativa ao *modo de vida* daqueles que o habitam em face de sua dimensão física. Coadunamo-nos com as perspectivas teóricas que se enquadram em uma concepção sociocultural e com base no enfoque dos fluxos para formulação de *índices de caracterização dos territórios rurais*.

2.1.1 A CONCEPÇÃO DE RURAL COMO MODO DE VIDA

Uma das formas de se compreender as características que os assentamentos humanos imprimem ao espaço pode ser através do *modo de vida* que seus habitantes nele transmitem. Mesmo sendo o *modo de vida* um termo usado frequentemente entre os sociólogos, sua definição não apresenta a mesma trivialidade de seu uso. Para Guerra (1993), o termo é um “*leitmotiv*” impreciso. No entanto, esbarra-se, nessa definição, em dois obstáculos, um lógico e outro sociológico. O primeiro é dado pelo problema na classificação das práticas dos indivíduos (ligadas à ideia de *modo de vida*) e o segundo remete à dificuldade em se estabelecer as relações e diferenças entre práticas e a posição social. Ainda segundo Guerra (1993), o conceito de *modo de vida* coloca a tônica em três níveis de importância nos estudos sociológicos, mas pouco articulados entre si: o sistema e os atores, a história e o cotidiano, e o objetivo e o subjetivo na percepção do real.

Nas origens do estudo da Sociologia já havia a preocupação com essa definição. Durkheim (2002) afirmou que os *modos de vida*¹ estão conectados às maneiras de agir, pensar e sentir,

expandindo o conceito em dimensões *socioculturais, psicoafectivas e biológico-comportamentais* (GONÇALVES; CARVALHO, 2007). Para Gonçalves e Carvalho (2007), o constructo *estilo de vida* é distinto de *modo de vida*. Já na visão de alguns autores, como Maia (2001), ambos poderiam ser intercambiados. Esse conceito poderia ser definido em apenas uma frase “*as maneiras de viver*”, que, ante a simplicidade, traz consigo uma profundidade na reflexão sociológica já que, segundo Gonçalves e Carvalho (2007), o termo “*maneiras*” traz consigo as “*dimensões do sujeito individual à coletividade social e ambiental, e o termo “viver” “implica a realização das vontades, desejos e anseios da pessoa”* (GONÇALVES; CARVALHO, 2007, p. 2). Mas o que seria o termo *modo de vida* afinal? Segundo Foucault (1981):

Um modo de vida pode ser partilhado por indivíduos de idade, estatuto e atividade sociais diferentes. Pode dar lugar a relações intensas que não se pareçam com nenhuma daquelas que são institucionalizadas e me parece que um modo de vida pode dar lugar a uma cultura e a uma ética (FOUCAULT, 1981, p. 3).²

Foucault toma o *modo de vida* sob uma perspectiva cultural, não institucional e para o autor a busca por um *modo de vida* está além da divisão por classes ou profissões. Assim, na visão de Foucault (1981), um *modo de vida* não pode se remeter somente a uma característica superficial ou a um rótulo, o *modo de vida* é composto de uma soma de fatores sociais que compõem um tecido complexo. De maneira mais simplista, mas indo de encontro à perspectiva de Foucault, Maia (2001) afirma que os modos de vida procuram *expressar costumes*.

Wirth (2005) parece comungar inteiramente desta concepção

foucaultiana culturalista, que ressalta a penetração no tecido social de marcas que vão além das gerações e das diferenças sociais. Ao propor caracterizarmos o espaço para além dos critérios formais ou puramente numéricos, como densidade demográfica da população em uma determinada região, Wirth aponta para a importância de se considerar os *modos de vida* na caracterização da ruralidade. Cândido (1975) também compartilha desse ponto de vista sobre o rural. Em seu livro “*Os parceiros do rio bonito*”, em uma abordagem empírica sobre o município de Bofete-SP-Brasil, o autor procura demonstrar como a figura do caipira, no Brasil ligada ao rural, tinha seu *modo de vida* peculiar.

Segundo Halfacree (1993), autores clássicos da Sociologia como Weber, Durkheim e Maine, sobre os quais podem incidir as críticas aos dualismos, apontavam para características que podem ser interpretadas como constitutivas de “*tipos ideais*”, no sentido weberiano, que podem ser utilizadas para perceber transformações nos assentamentos humanos em espaços diferenciados, como o campo, as aldeias, as vilas e as cidades, ainda que pare sobre tais concepções a referência do urbano.

TABELA 1 – O urbano e o não urbano nos autores clássicos

Autor	Categoria urbana	Categoria não urbana
Becker	Secular	Sacro
Durkheim	Solidariedade orgânica	Solidariedade mecânica
Maine	Contrato	Status
Redfield	Urban	Folk
Spencer	Industrial	Militar
Tonnies	Gesellschaft (associação)	Gemeinschaft (comunidade)
Weber	Racional	Tradicional

Fonte: Adaptado de Halfacree (1993)

Como Weber já chamava a atenção, um tipo ideal, como pode ser tomado pelo

“rural” e pelo “urbano”, não corresponde à realidade tal qual ela se manifesta, mas permite realçar características presentes no campo e na cidade. Assim, traços de ruralidade ou de urbanidade podem existir em assentamentos humanos no campo, nas aldeias, nas vilas e nas cidades. Rambaud (1969), em seu livro “*Société rurale et urbanisation*”, mostra como esses traços de *modo de vida* urbano perpassam as cidades. Para o autor, a urbanização do campo se dá por um processo de aculturação. Esse processo de aculturação, em sua percepção, não é grupal, mas sim individual. Cada indivíduo passa pela aculturação de forma diferenciada, montando o que o autor chama de “canivar”, que seria um tipo de bordado no qual cada indivíduo vai criando a seu bel-prazer. Assim, cada indivíduo poderia montar seu estilo pessoal no qual escolheria o que incorporar à sua vida da cultura urbana.

Outro autor que chama a atenção para a temática da ruralidade e sua ligação com o *modo de vida* é Lefebvre (1971). Em seus estudos, procurou demonstrar como o *modo de vida* camponês teria incompatibilidade com o que chamou de “revolução urbana”. Para Lefebvre (1999, p. 17), “o tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária”. Lembrando que a sociedade urbana tal qual conhecemos hoje surge juntamente com a industrialização e foi consumada em uma sociedade pós-industrial, Lefebvre não distingue o “tecido urbano” em sentido restrito. Para o autor, o urbano vai além do domínio edificado das cidades, mas vem com um conjunto de manifestações que mostram a força do *modo de vida* urbano sobre o campo. O próprio conceito de cidade é discutido por Lefebvre, como apresenta Azevedo (2012). Para Lefebvre (1991),

a cidade é anterior historicamente à industrialização, contudo sua relação com o campo mudou de acordo com o modo de produção. No contexto capitalista contemporâneo, para o filósofo, a cidade torna-se cada vez mais um produto a ser consumido. Assim, podemos diferenciar a morfologia material onde há a cidade e a morfologia social onde há a urbanidade.

As diferenças entre o duo cidade/campo e o urbano/rural também são amplamente discutidas por Endlich (2010), que defende a distinção realizada por Lefebvre, onde a cidade se distingue do campo pela centralidade e o urbano caracteriza-se pelo *modo de vida* que supera os limites da cidade. O rural e a ruralidade possuem distintos hábitos, costumes, culturas, modos de viver e peculiaridades que transcendem limitações geográficas físicas. Nesse sentido, para a autora, o Brasil seria mais urbano que rural, discordando das ideias de Veiga (2002), que define cidade e campo como uma relação de densidade demográfica e atividade econômica a que se dedica cada região. Santos (2000) também se posiciona como contrário à definição de cidade de Veiga, apesar de ambos concordarem que a distinção oficial realizada no território brasileiro não atende à realidade. Para ele, a cidade é um polo necessário onde a visão natural não é predominante.

A cidade é um pólo [sic] indispensável ao comando técnico da produção, a cuja natureza se adapta, e é um lugar de residência de funcionários da administração pública e das empresas, mas também de pessoas que trabalham no campo e que, sendo agrícolas, são também urbanas, isto é, urbano-residentes (SANTOS, 2000, p. 91).

Para Santos (2000), a cidade tem um papel amplo na produção de técnica e

também um papel político e o urbano é entendido como *modo de vida*. Na mesma direção que Santos e mesmo antes dele, Rambaud (1969) considerava que a “Cultura Urbana” havia nascido na cidade, mas que era marcada por um modo de vida expansivo. Mediante a exposição teórica apresentada acerca das concepções de “rural” a que compreende o “rural” como *modo de vida* e não como um espaço físico foi a que apresentou melhor correspondência com a realidade retratada neste artigo, que teve por objetivo verificar as diferenças nos padrões de consumo entre a população que vive no campo e na cidade, no Brasil. Assim, para fundamentar as análises relativas aos padrões de consumo das populações que vivem no campo e na cidade se elaborou um quadro com os tipos ideais relativos ao “modo de vida rural” e ao “modo de vida urbano”, no Brasil. Ressalta-se que os modos de vida apresentados no Quadro 1 se limitam a descrever tipos ideais, no sentido weberiano, os quais não tem compromisso fidedigno com a realidade empírica, no entanto, são importantes como ferramenta de compreensão da realidade.

Quadro 1 – Tipos ideais relativos ao Modo de Vida Rural e Urbano

MODO DE VIDA	MODO DE VIDA RURAL	MODO DE VIDA URBANO
Visão social de mundo	Voltada para o tempo passado e presente	Voltada para o planejamento do tempo futuro
Padrões de consumo		
Alimentação	Predomínio do autoconsumo	Predomínio do consumo externo.
Vestuário	Dispêndio restrito com vestuário habitual	Dispêndio frequente com vestuário habitual
Lazer	Gastos restritos com lazer	Gastos frequentes com lazer
Modos de Morar		

Móveis	Predomínio de móveis artesanais e/ou rústicos	Predomínio de móveis modulares industrializados
Artefatos domésticos	Artesanais	Industrializados
Meios de comunicação	Pessoalizados (Rádio local, carta).	Crescentemente virtualizado (Televisão, Telefone fixo, Celular, Internet...)
Estrutura Produtiva		
Tipo de Trabalho	Predomínio de famílias exclusivamente agrícolas.	Predomínio de famílias pluriativas.
Vínculo com a terra	Central	Periférico
Escolaridade	Acesso limitado ao ensino fundamental	Não há limitação ao acesso a qualquer nível de ensino

Fonte: Adaptado de Nascimento (2013).

No presente artigo, este quadro com os tipos ideais relativos aos modos de vida rural e urbano será utilizado apenas na dimensão referente aos padrões de consumo e aos modos de morar. As demais dimensões apesar de essenciais para a caracterização de um modo de vida não se constituem em objeto de análise deste estudo.

2 METODOLOGIA

Este estudo utilizou uma abordagem quantitativa de coleta e análise dos dados. O levantamento dos dados foi realizado em *cross-section*, no ano de 2010, no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que disponibiliza os microdados do Censo brasileiro. Como limitação desse estudo, destacamos o fato dele estar restrito a algumas variáveis relativas ao consumo e de se ter considerado um único ano para a análise, 2010, o que inviabilizaria afirmações mais contundentes. Por outro lado, os dados do Censo de 2010 servem como *proxies* dos hábitos de consumo, que é um dos componentes dos *modos de vida*.

Assim, em termos dos bens de consumo analisados considerou-se: *aparelho de telefone fixo; celular; televisor; máquina de lavar roupas; refrigerador; computador pessoal e acesso à internet*. Para visualizar se estes bens de consumo estavam associados à localização do domicílio na cidade ou no campo foi realizado o teste de chi-quadrado de Pearson (1900), utilizando-se a fórmula:

$$\chi^2 = \sum_{i=1}^n \frac{(O_i - E_i)^2}{E_i}$$

Sendo χ^2 o valor da estatística de chi-quadrado de Pearson, a qual, assintoticamente, segue a distribuição de chi-quadrado; O_i é a frequência observada; E_i é a expectativa da frequência; e n é o número de células na tabela de associação. Além do teste de chi-quadrado de Pearson, foi calculado o D de Somers para duas variáveis binárias que é definido pela diferença entre o número de pares concordantes e o número de pares discordantes divididos pelo número total de pares

não vinculados a variável independente, e seus valores vão de -1 a +1. Quanto mais próximos desses extremos maior é a relação entre as variáveis, enquanto valores próximos a zero indicam que há pouca, ou nenhuma, relação entre as variáveis. Assim o D de Somers entre duas variáveis binárias é a diferença entre proporções (NEWSON, 2009).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para realizar as análises, primeiramente, foi criada uma tabela de contingência (*crosstab*) para cada variável em estudo, segmentadas por regiões e pela renda, as quais foram relacionadas à localização da moradia do indivíduo, sendo que o universo estudado corresponde aos domicílios que possuíam acesso aos bens de consumo estudados. Nas análises a categoria “campo” engloba os domicílios classificados pelo IBGE em áreas rurais, já a categoria “cidade” considera o restante dos domicílios. A primeira análise realizada tange a existência de telefone fixo, segmentado

TABELA 1 – Tabela de contingência do acesso ao telefone fixo

As células contêm:		Possui telefone fixo		
Percentual por categoria		Não	Sim	TOTAL
Categoria	Campo	98,0	2,0	100,0
	Cidade	73,8	26,2	100,0
	TOTAL	80,2	19,8	100,0
Estatísticas para região Nordeste				
		Possui telefone fixo		
		Não	Sim	TOTAL
Categoria	Campo	97,1	2,9	100,0
	Cidade	73,1	26,9	100,0
	TOTAL	79,5	20,5	100,0
Estatísticas para região Sudeste				
		Possui telefone fixo		
		Não	Sim	TOTAL
Categoria	Campo	88,7	11,3	100,0
	Cidade	40,4	59,6	100,0
	TOTAL	43,8	56,2	100,0
Estatísticas para região Sul				
		Possui telefone fixo		
		Não	Sim	TOTAL
Categoria	Campo	84,5	15,5	100,0
	Cidade	51,5	48,5	100,0
	TOTAL	56,5	43,5	100,0
Estatísticas para região Centro-oeste				
		Possui telefone fixo		
		Não	Sim	TOTAL
Categoria	Campo	94,7	5,3	100,0
	Cidade	59,0	41,0	100,0
	TOTAL	62,9	37,1	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

por região, como visto no Tabela 1.

Conforme a tabela 1 o campo, em todas as regiões brasileiras, apresentava um percentual reduzido de telefone fixo se comparado à cidade, evidenciando uma menor penetração dos padrões de consumo de artefatos tecnológicos que a cidade. Tomando como referência o quadro relativo aos modos de vida rural e urbano, apresentado no marco teórico deste artigo, constata-se que as regiões norte, nordeste e centro-oeste, cujo percentual de residências que possuíam telefone fixo no campo não chegava a 10% apresentava uma dimensão de ruralidade mais profunda, que na região Sul e Sudeste, quando se considera esta dimensão relativa aos modos de vida, conforme o evidenciado também por Braga et al. (2014). Para visualizar se essa associação era significativa e em que nível ela ocorria foi calculado o chi-quadrado de Pearson que apresentou um p-valor de 0,00 para todas as regiões. Isso indicou que havia associação entre a existência de telefone fixo e o tipo do

espaço, se campo ou cidade. Contudo, o D de Somers para esse teste apresentou valores baixos (Norte 0,29; Nordeste 0,28; Sudeste 0,13; Sul 0,17; Centro-oeste 0,15), o que denota uma associação baixa entre as variáveis em todas as regiões. Ou seja, o telefone fixo não se mostrou como caracterizando um modo de vida rural abrangente no campo, ao contrário dos resultados encontrados por Fiúza et al. (2014).

Isto significa dizer que, apesar de podermos falar que ter telefone fixo estava associado ao fato da pessoa viver no campo ou na cidade, essa associação dava-se de forma muito tímida, não sendo possível afirmar que essa associação era preponderante nas unidades analisadas. Para poder se ter mais clareza quanto à utilização dos meios de comunicação, considerou-se, também, a existência de celular. Estes dados apontaram para uma situação bem diferente em relação ao uso de telefone fixo, conforme a Tabela 2.

Em relação ao dado de posse de celular somente foram considerados os domicílios

TABELA 2 – Tabela de contingência do acesso ao celular

Estatísticas para região Norte				
As células contêm:		Possui telefone celular		
Percentual por categoria		Não	Sim	TOTAL
Categoria	Campo	41,9	58,1	100,0
	Cidade	87,0	13,0	100,0
	TOTAL	75,2	24,8	100,0
Estatísticas para região Nordeste				
		Possui telefone celular		
		Não	Sim	TOTAL
Categoria	Campo	53,7	46,3	100,0
	Cidade	84,6	15,4	100,0
	TOTAL	76,3	23,7	100,0
Estatísticas para região Sudeste				
		Possui telefone celular		
		Não	Sim	TOTAL
Categoria	Campo	73,9	26,1	100,0
	Cidade	89,8	10,2	100,0
	TOTAL	88,7	11,3	100,0
Estatísticas para região Sul				
		Possui telefone celular		
		Não	Sim	TOTAL
Categoria	Campo	82,5	17,5	100,0
	Cidade	91,9	8,1	100,0
	TOTAL	90,5	9,5	100,0
Estatísticas para região Centro-oeste				
		Possui telefone celular		
		Não	Sim	TOTAL
Categoria	Campo	78,5	21,5	100,0
	Cidade	94,0	6,0	100,0
	TOTAL	92,3	7,7	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

particulares permanentemente ocupados. A Tabela 2 chama a atenção para o fato de que, no campo, em todas as regiões, mais de 50% dos domicílios tinham esse artefato tecnológico, a exceção da região norte. Estes dados contrariam o suposto idílio do campo apontado por Benson e O'Reilly (2009) e indicam que os indivíduos que nele vivem buscam novas tecnologias. O chi-quadrado de

na dimensão referente aos modos de morar, constitutiva do modo de vida, observou-se que são pouco significativas as diferenças entre a cidade e o campo. Já no que diz respeito à posse de televisão a situação foi bem mais uniformizada, quando comparada ao encontrado no cenário relativo à posse de celular.

No que diz respeito à situação da existência de aparelho de TV, foi

TABELA 3 – Tabela de contingência do acesso ao televisor

Estatísticas para região Norte				
A célula contém:		Possui televisor		
- Percentual por categoria		Não	Sim	TOTAL
- Quantidade de domicílios				
Categoria	Campo	36,5	63,5	100,0
	Cidade	4,2	95,8	100,0
	TOTAL	12,7	87,3	100,0
Estatísticas para região Nordeste				
		Possui televisor		
		Não	Sim	TOTAL
Categoria	Campo	15,5	84,5	100,0
	Cidade	3,3	96,7	100,0
	TOTAL	6,6	93,4	100,0
Estatísticas para região Sudeste				
		Possui televisor		
		Não	Sim	TOTAL
Categoria	Campo	7,7	92,3	100,0
	Cidade	1,7	98,3	100,0
	TOTAL	2,1	97,9	100,0
Estatísticas para região Sul				
		Possui televisor		
		Não	Sim	TOTAL
Categoria	Campo	5,7	94,3	100,0
	Cidade	2,1	97,9	100,0
	TOTAL	2,7	97,3	100,0
Estatísticas para região Centro-oeste				
		Possui televisor		
		Não	Sim	TOTAL
Categoria	Campo	15,1	84,9	100,0
	Cidade	3,1	96,9	100,0
	TOTAL	4,4	95,6	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Pearson para esse cruzamento também apresentou um p-valor de 0,00 em todas as regiões. O D de Somers apresentou valores baixos para as regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste, respectivamente -0,14; -0,10 e -0,21, indicando que a utilização do celular está pouco associada a se viver no campo ou na cidade. Nas regiões Nordeste e Norte, o D de somers apresentaram resultados maiores, -0,34 e -0,47 respectivamente, no entanto considerando a escala que vai até -1 esse número ainda é baixo. Ou seja, no quesito posse de celular, que se enquadra

possível perceber que grande parte dos domicílios pesquisados o possuía. Dentre os domicílios situados no campo, mais de 90% dos domicílios rurais do Sul e do Sudeste possuíam acesso a essa tecnologia, também no Nordeste e no Centro-oeste esse percentual foi alto superando os 80% e nas áreas rurais da região Norte o percentual chega a 63,5%. O teste de chi-quadrado de Pearson apresentou significância a 5% em todas as regiões. O valor do D de Somers de 0,56 na região Norte, de 0,39 na região Nordeste, de 0,18 na região

Sudeste, de 0,17 na região Sul e de 0,28 na região Centro-Oeste, aponta para a caracterização da TV como um bem presente, tanto no campo, como na cidade. Assim, nas regiões estudadas o consumo deste bem aponta para uma sobreposição do modo de vida urbano sobre o campo, no que diz respeito a esta dimensão do modo de vida, referente aos modos de morar, tal como o encontrado também por Nascimento et al. (NASCIMENTO et al., 2013), Braga et al. (2014) e Fiúza et al. (2014). Passando agora a considerar a existência de máquina de lavar roupa encontrou-se diferenças que merecem ser tratadas de forma mais detalhada.

Dentre os utensílios apresentados até agora, em todas as regiões, este foi

de lavar tanto na cidade quanto no campo. Ou seja, na região Sul o modo de vida urbano se estendeu para o campo, quando se considera esta dimensão do modo de morar, constitutivo do modo de vida. O p-valor do chi-quadrado de Pearson corrobora essa associação, sendo significativo a 5% em todas as regiões. No entanto, o D de Somers apresentou valores próximos à zero em todas as regiões (Norte 0,24; Nordeste 0,23; Sudeste 0,11; Sul 0,17; Centro-oeste 0,10), o que indica que a associação entre a existência de máquina de lavar roupas no campo e na cidade era baixa, o que denotaria uma aproximação do modo de vida nesses espaços. Situação bastante diferente foi encontrada em relação à

TABELA 4 – Tabela de contingência do acesso à máquina de lavar roupas

Estatísticas para região Norte				
As células contêm:		Possui máquina de lavar roupas		
-Percentual por categoria		Não	Sim	TOTAL
Categoria	Campo	89,4	10,6	100,0
	Cidade	64,5	35,5	100,0
	TOTAL	71,0	29,0	100,0
Estatísticas para região Nordeste				
		Possui máquina de lavar roupas		
		Não	Sim	TOTAL
Categoria	Campo	95,6	4,4	100,0
	Cidade	75,5	24,5	100,0
	TOTAL	80,9	19,1	100,0
Estatísticas para região Sudeste				
		Possui máquina de lavar roupas		
		Não	Sim	TOTAL
Categoria	Campo	73,2	26,8	100,0
	Cidade	34,9	65,1	100,0
	TOTAL	37,6	62,4	100,0
Estatísticas para região Sul				
		Possui máquina de lavar roupas		
		Não	Sim	TOTAL
Categoria	Campo	58,3	41,7	100,0
	Cidade	28,7	71,3	100,0
	TOTAL	33,2	66,8	100,0
Estatísticas para região Centro-oeste				
		Possui máquina de lavar roupas		
		Não	Sim	TOTAL
Categoria	Campo	77,4	22,6	100,0
	Cidade	52,1	47,9	100,0
	TOTAL	54,9	45,1	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

o utensílio que apresentou a menor presença, tanto no campo como na cidade, sendo observado que havia mais do que o dobro de máquinas de lavar roupas na cidade do que no campo, com exceção da região Sul que apresentou os maiores percentuais de acesso à máquina

posse de refrigerador.

A associação entre estar no campo ou na cidade e ter geladeira, de acordo com o teste de chi-quadrado de Pearson, em todas as regiões, foi de (p-valor = 0,000), sendo, portanto significativa. Como os valores do D de Somers foram distantes

TABELA 5 – Tabela de contingência do acesso ao refrigerador

Estatísticas para região Norte				
As células contêm:		Possui refrigerador		
-Percentual por categoria		Não	Sim	TOTAL
Categoria	Campo	48,0	52,0	100,0
	Cidade	6,5	93,5	100,0
	TOTAL	17,4	82,6	100,0
Estatísticas para região Nordeste				
		Possui refrigerador		
		Não	Sim	TOTAL
Categoria	Campo	25,9	74,1	100,0
	Cidade	7,8	92,2	100,0
	TOTAL	12,7	87,3	100,0
Estatísticas para região Sudeste				
		Possui refrigerador		
		Não	Sim	TOTAL
Categoria	Campo	8,3	91,7	100,0
	Cidade	1,5	98,5	100,0
	TOTAL	2,0	98,0	100,0
Estatísticas para região Sul				
		Possui refrigerador		
		Não	Sim	TOTAL
Categoria	Campo	4,2	95,8	100,0
	Cidade	1,3	98,7	100,0
	TOTAL	1,7	98,3	100,0
Estatísticas para região Centro-oeste				
		Possui refrigerador		
		Não	Sim	TOTAL
Categoria	Campo	13,5	86,5	100,0
	Cidade	2,1	97,9	100,0
	TOTAL	3,3	96,7	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

de 1 e -1 (Norte 0,56; Nordeste 0,32; Sudeste 0,22; Sul 0,21; Centro-oeste 0,35), isto indicou que essa associação era relativamente baixa, ou seja, o fato de se ter refrigerador não estaria associado ao fato de se estar no campo ou na cidade, o que reforçou a proximidade entre os modos de morar no campo e na cidade. Assim, pode-se afirmar que modo de vida urbano estava presente tanto no campo como na cidade, quando se observa esta dimensão do modo de vida. Já no que diz respeito ao acesso as novas tecnologias, a pesquisa primeiramente analisou a posse do computador, a qual está apresentada na Tabela 6.

A variável existência de computador apresentou a maior vantagem para o setor urbano percentualmente em todas as regiões, o que reforça a observação referente ao fato de que as novas tecnologias aparecem primeiramente na cidade e só mais tarde este serviço alcança o campo. Essa associação foi significativa a 5%, pelo teste de chi-quadrado de Pearson, em todas as regiões. Contudo,

os dados do D de Somers foram próximos de zero (Norte 0,28; Nordeste 0,29; Sudeste 0,10; Sul 0,16; Centro-oeste 0,13), apresentando uma associação baixa, ou seja, não foi forte a associação entre a existência de um computador e o local onde a residência está situada. Mais uma vez, identifica-se uma aproximação entre o padrão de consumo no campo e na cidade, como apontado por Nascimento et al. (NASCIMENTO et al., 2013), Braga et al. (2014) e Fiúza et al. (2014). Já a tabela 7 apresentada a seguir, mostra os dados relativos apenas aos domicílios onde existiam computadores. Nestes domicílios se observou aqueles que possuíam acesso à rede mundial de computadores (Internet).

O acesso à internet ainda se mostra como um desafio no campo brasileiro mesmo nas regiões mais desenvolvidas. No campo em nenhuma das regiões brasileiras teve mais da metade de sua população com acesso a internet. Confrontando os dados de disponibilidade de computadores e acesso a internet

TABELA 6 – Tabela de contingência do acesso de computador

Estatísticas para região Norte				
As células contêm:		Possui computador		
-Percentual por categoria		Não	Sim	TOTAL
Categoria	Campo	96,6	3,4	100,0
	Cidade	71,2	28,8	100,0
	TOTAL	77,9	22,1	100,0
Estatísticas para região Nordeste				
		Possui computador		
Categoria		Não	Sim	TOTAL
	Campo	97,0	3,0	100,0
	Cidade	72,0	28,0	100,0
	TOTAL	78,7	21,3	100,0
Estatísticas para região Sudeste				
		Possui computador		
Categoria		Não	Sim	TOTAL
	Campo	84,8	15,2	100,0
	Cidade	46,4	53,6	100,0
	TOTAL	49,1	50,9	100,0
Estatísticas para região Sul				
		Possui computador		
Categoria		Não	Sim	TOTAL
	Campo	77,5	22,5	100,0
	Cidade	46,3	53,7	100,0
	TOTAL	50,9	49,1	100,0
Estatísticas para região Centro-oeste				
		Possui computador		
Categoria		Não	Sim	TOTAL
	Campo	87,7	12,3	100,0
	Cidade	54,7	45,3	100,0
	TOTAL	58,4	41,6	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

verificamos que em todas as regiões e, particularmente, no campo, o computador não se constituía na principal porta de acesso a rede mundial de computadores. Em todas as cinco regiões pesquisadas o campo teve um percentual de acesso à internet muito próximo, até mesmo

considerando-se a região Sul, que neste item não apresentou maiores percentuais frente às demais regiões. Embora o chi-quadrado de Pearson, nessa análise, tenha se apresentado significativo, os valores do D de Somers foram muito baixos em todas as regiões (Norte 0,06;

TABELA 7 – Tabela de contingência do acesso ao computador pessoal conectado à internet

Estatísticas para região Norte				
As células contêm:		Possui acesso à internet		
-Percentual por categoria		Não	Sim	TOTAL
Categoria	Campo	66,8	33,2	100,0
	Cidade	32,1	67,9	100,0
	TOTAL	33,5	66,5	100,0
Estatísticas para região Nordeste				
		Possui acesso à internet		
Categoria		Não	Sim	TOTAL
	Rural	53,5	46,5	100,0
	Urbano	20,2	79,8	100,0
	TOTAL	21,5	78,5	100,0
Estatísticas para região Sudeste				
		Possui acesso à internet		
Categoria		Não	Sim	TOTAL
	Rural	52,2	47,8	100,0
	Urbano	17,2	82,8	100,0
	TOTAL	17,9	82,1	100,0
Estatísticas para região Sul				
		Possui acesso à internet		
Categoria		Não	Sim	TOTAL
	Rural	52,8	47,2	100,0
	Urbano	21,7	78,3	100,0
	TOTAL	23,8	76,2	100,0
Estatísticas para região Centro-oeste				
		Possui acesso à internet		
Categoria		Não	Sim	TOTAL
	Rural	50,1	49,9	100,0
	Urbano	19,0	81,0	100,0
	TOTAL	20,0	80,0	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

TABELA 8 – Tabela de contingência do acesso de carro para uso privado

Estatísticas para região Norte				
As células contêm:		Possui automóvel		
Percentual por categoria		Não	Sim	TOTAL
Categoria	Campo	93.2	6.8	100.0
	Cidade	77.5	22.5	100.0
	TOTAL	81.6	18.4	100.0
Estatísticas para região Nordeste				
		Possui automóvel		
		Não	Sim	TOTAL
Categoria	Campo	90.7	9.3	100.0
	Cidade	76.0	24.0	100.0
	TOTAL	80.0	20.0	100.0
Estatísticas para região Sudeste				
		Possui automóvel		
		Não	Sim	TOTAL
Categoria	Campo	60.6	39.4	100.0
	Cidade	49.9	50.1	100.0
	TOTAL	50.6	49.4	100.0
Estatísticas para região Sul				
		Possui automóvel		
		Não	Sim	TOTAL
Categoria	Campo	41.4	58.6	100.0
	Cidade	40.1	59.9	100.0
	TOTAL	40.3	59.7	100.0
Estatísticas para região Centro-oeste				
		Possui automóvel		
		Não	Sim	TOTAL
Categoria	Campo	61.4	38.6	100.0
	Cidade	51.4	48.6	100.0
	TOTAL	52.6	47.4	100.0

Fonte: Elaborado pelo autor

Nordeste 0,07; Sudeste 0,05; Sul 0,11; Centro-oeste 0,06). Assim, não há uma forte associação entre poder acessar a internet e viver no campo ou na cidade. Vejamos, por fim, os dados relativos aos meios de transporte utilizados pelos moradores do campo e da cidade.

A variável existência de carro apresentou uma vantagem percentual em favor da cidade em todas as regiões. No entanto, na região Sul essa diferença percentual foi de apenas 1,3 pontos percentuais. A associação entre possuir automóvel e ele estar na cidade ou campo foi corroborada pelo teste de associação de chi-quadrado de Pearson em todas as regiões (P-valor 0,00, ou seja, significativo do ponto de vista estatístico). Porém os valores do D de Somers foram ínfimos (Norte 0,20; Nordeste 0,18; Sudeste 0,03; Sul 0,01; Centro-oeste 0,04), indicando que essa associação apresentava uma das mais baixas magnitudes entre todas as estudadas. Ou seja, possuir ou não carro e estar na cidade ou no campo tem uma relação muito fraca. Ou seja, no

que diz respeito à posse deste bem, se observou modos de vida semelhantes, tanto no campo como na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados empíricos relativos aos modos de morar revelados através dos padrões de consumo apresentados no Censo de 2010 apontaram para uma sobreposição do modo de vida rural sobre o urbano, nos domicílios, tanto do campo como da cidade. Dentre os bens de consumo analisados, a televisão e a geladeira foram os únicos bens habitualmente presentes nos domicílios do campo e da cidade. Quanto ao telefone fixo, celular, computador, internet e carro, os padrões de consumo no campo e na cidade revelaram um Brasil com um modo de morar mais ruralizado, embora a cidade tenha apresentado maior tendência para um modo de vida urbano do que o campo. A região Sul foi a que revelou um modo de vida mais urbano no campo e a região norte foi a que revelou um modo de vida mais rural na cidade.

Um fato importante a se destacar, a partir deste estudo, são os ganhos que se tem na percepção das transformações socialmente vividas, ao se diferenciar o espaço, em termos de forma, dos modos de vida, considerando-os como conteúdo. Assim, tratar campo e cidade como realidades com características espaciais específicas e o “rural” e o “urbano” como modos de vida, torna possível se perceber as dimensões em que a cidade e o campo apresentam-se mais ruralizados ou urbanizados. Trata-se, sim, de uma tipologia idealizada de “rural” e “urbano”, mas que exacerba traços históricos socialmente marcantes do modo de vida típico do campo e da cidade. Todavia, não se desconhece que este tipo de analisar traz vieses generalistas, os quais precisam ser ressaltados. Contudo, traz também a possibilidade de apontar as dimensões em que os assentamentos humanos no campo e na cidade vêm se transformando.

Por fim, destaca-se que os dados apresentados neste estudo apontaram para uma mudança no modo de vida camponês, caracterizado pela auto sustentação e para o primado da não dependência. Se, no passado, o morador do campo tinha um modo de vida voltado para assegurar a sua sustentação imediata, hoje, a monetarização dos modos de vida, através do recebimento do salário, da aposentadoria e de outros benefícios, introduz no seu modo de vida o horizonte voltado para o planejamento do futuro. O consumo voltado para a melhoria da casa se constitui em uma das facetas mais evidentes nas mudanças do seu modo de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Site Oficial. Disponível em:

<<http://www.aneel.gov.br/>>.

AZEVEDO, L. M. C. O rural eo urbano na teoria de Henri Lefebvre. XIII Jornada do Trabalho. Anais...Presidente Prudente: 2012

BRAGA, G. B.; FIÚZA, A. L. DE C.; PINTO, N. M. DE A. Os padrões de consumo no campo e na cidade: Vislumbrando aproximações entre os modos de vidas de citadinos e rurais. *Estudios Rurales*, v. 1, n. 6, p. 64–80, 2014.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília: Congresso Federal, 1988.

BRASIL. Novo Código Florestal. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Brasília: Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2012.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. Minha Casa Minha Vida - Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/rural/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

CANDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista ea transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.

DAVIS, M. Planeta Favela. São Paulo: Boitempo, 2006.

DINIZ, F. Um índice de ruralidade para as nuts do alto trás-os-montes e douro. 5º Congreso Desarrollo Rural. Anais... Ávila: 1996

DURKHEIM, É. L ' éducation morale. Paris: Librairie Félix Alcan, 2002.

ENDLICH, Â. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Eds.). Cidade

- e Campo: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 11–31.
- FIÚZA, A. L. DE C.; PINTO, N. M. DE A.; BRAGA, G. B. Os modos de vida dos agricultores pluriativos nas aldeias minhotas do noroeste de Portugal. *Ciência Rural*, v. 44, n. 12, p. 2279–2285, dez. 2014.
- FOUCAULT, M. Da amizade como modo de vida. *Gai Pied*, n. 25, p. 38–39, 1981.
- GONÇALVES, A.; CARVALHO, G. Diferenças de estilos de vida entre populações jovens de meio rural (Boticas) e de meio urbano (Braga). Braga: Universidade do Minho. Instituto de Estudos da Criança, 2007.
- GUERRA, I. Modos de vida: novos percursos e novos conceitos. *Sociologia - Problemas e Práticas*, p. 59–74, 1993.
- HALFACREE, K. H. Locality and social representation: Space, discourse and alternative definitions of the rural. *Journal of Rural Studies*, v. 9, n. 1, p. 23–37, jan. 1993.
- IBGE. Resultados do Censo 2010 agregados por setor censitário. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/Agregados_por_Setores_Censitarios/>. Acesso em: 17 jul. 2014.
- KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v. 21, n. 3, p. 379–408, 2004.
- KAGEYAMA, Â. Desenvolvimento rural. Conceitos e aplicação ao Caso Brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- LEFEBVRE, H. O direito a Cidade. São Paulo: Moraes, 1991.
- LEFEBVRE, H. A revolução Urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, H.; GAVIRIA, M. De lo rural a lo urbano. Barcelona: Península, 1971. v. 41
- MAIA, D. S. A Geografia eo estudo dos costumes e das tradições. *Terra Livre*, n. 16, p. 71–98, 2001.
- MAZORRA, A. P.; HOGGART, K. Lo rural, ¿ hechos, discursos o representaciones?: una perspectiva geográfica de un debate clásico. *Información Comercial Española, ICE: Revista de economía*, n. 803, p. 61–72, 2002.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Sítio oficial do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/tags/pronaf>>. Acesso em: 21 mar. 2015.
- MINNESOTA POPULATION CENTER. Integrated Public Use Microdata Series, International: Version 6.2. Minneapolis: University of Minnesota, 2013.
- NASCIMENTO, P. F. DO. Turismo rural nas montanhas capixabas: Como vivem e trabalham mulheres e homens em um campo em transformação. Viçosa: Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, 2013.
- NASCIMENTO, P. F. DO et al. Variáveis evidenciadoras dos processos de transformação do campo: o caso do Espírito Santo - Brasil. *Mundo Agrario*, v. 13, n. 26, 2013.
- NECCHI, L. C. C.; FRANÇA, L. M. C.; SANTINI, J. C. L. IPTU X ITR : conflito entre os critérios espaciais. *Revista do Direito Público*, v. 4, n. 1, p. 125–139, 2009.

NEWSON, R. B. Interpretation of Somers' D under four simple models. *Population (English Edition)*, n. 3, p. 1–6, 2009.

ÖĞDÜL, H. G. Urban and Rural Definitions in Regional Context: A Case Study on Turkey. *European Planning Studies*, v. 18, n. 9, p. 1519–1541, set. 2010.

PEARSON, K. On the criterion that a given system of deviations from the probable in the case of a correlated system of variables is such that it can be reasonably supposed to have arisen from random sampling. *Phil. Mag.*, v. 50, p.